



PUC Minas

Conjuntura Internacional

ano 2 • nº 17 • 04 a 10/09/2005 • ISSN 1809-6182

CENÁRIOS PUC MINAS

Análise:

09/09/2005 – Aspectos recentes do Comércio Exterior Brasileirop.01

A economia brasileira tem apresentado taxas consideráveis de crescimento atrelado principalmente ao forte desempenho do setor exportador. Analisam-se os principais indicadores econômicos brasileiros e suas relações.

Resenhas:

07/09/2005 – A candidatura de Netanyahu à presidência do Likudp.07

A candidatura do ex-primeiro-ministro de Israel e ex-ministro de Finanças, Binyamin Netanyahu, à presidência do partido Likud, causou forte impacto sobre o futuro político do país, ameaçando a liderança partidária e o cargo de primeiro-ministro do israelense Ariel Sharon.

09/09/2005 – Eleições Antecipadas na Alemanhap.09

Derrota do partido de Gerhard Schröder em um dos principais estados antecipa as eleições gerais na Alemanha.

09/09/2005 – Furacão Katrina eleva o preço da gasolina nos EUAp.13

Os Estados Unidos enfrentam elevação no preço da gasolina nesta semana depois de a passagem do furacão Katrina ter causado o fechamento de diversas refinarias de petróleo no Golfo do México.

Especiais:

08/09/2005 – Histórico da OMC: construção e evolução do sistema multilateral de comérciop.16

A construção de um sistema multilateral de comércio passou do simples acordo do GATT para a OMC. A evolução desse sistema contou com uma base histórica de disputas comerciais entre os Estados membros inseridos num contexto de globalização e de regionalização dos blocos comerciais.

Aspectos recentes do Comércio Exterior Brasileiro

Análise
Economia e Comércio / Integração Regional

Jéssica Naime
09 de setembro de 2005

A economia brasileira tem apresentado taxas consideráveis de crescimento atrelado principalmente ao forte desempenho do setor exportador. Analisam-se os principais indicadores econômicos brasileiros e suas relações.

O Brasil tem apresentado, nos últimos cinco anos, um aumento de quase 50% nas exportações, o que contribuiu para altos superávits na balança comercial. As exportações em 2004 chegaram a US\$ 96.475 milhões em contraste com US\$ 62.779 milhões em importações, gerando um saldo comercial de US\$ 33.696 milhões. Isso representou um aumento de 35% com relação a 2003.

Refletindo esse crescimento das exportações, a participação do comércio de bens e serviços no PIB (Produto Interno Bruto) passou de 22,9% em 2000 para 30% em 2003.

O ambiente de estabilidade macroeconômica é um dos principais fatores determinantes desse processo. Desde 2000, a política econômica do país tem como objetivo a obtenção de superávits primários, alegadamente para a amortização da dívida e o controle da inflação. Assim, os principais instrumentos da política econômica têm sido a política monetária e a fiscal. Essa política de estabilidade dos preços tem possibilitado a promoção do crescimento econômico e do superávit da balança comercial.

O país tem crescido a taxas razoáveis desde 2000, com exceção de 2003, para o qual economia do país encolheu 0,2%. Em 2004, o crescimento foi de 3,5% com

relação ao ano anterior. As altas taxas de crescimento do período foram, em parte, impulsionadas pelo expressivo desempenho do setor exportador. Essa forte contribuição das exportações para o crescimento econômico fica mais evidente quando se analisam alguns fatores internos.

A alteração relativa nos preços via desvalorização cambial gerou um ambiente mais propício às exportações, culminando também numa redução das importações. A supervalorização cambial ocorrida com o Plano Real entre 1994 e 1998 resultou em uma situação de altos déficits fiscais e da balança comercial que só pôde ser contornada com a desvalorização cambial e a adoção de taxas de câmbio flexíveis a partir de 1999. No período entre 1994/97 o volume das exportações cresceu apenas 11%. Já em 2003, com a adoção de taxas de câmbio mais competitivas, o crescimento das exportações foi 64% maior do que seu nível antes da desvalorização em 1998. As importações contraíram-se em 15% entre 1998 e 2003, alternando de um déficit de US\$ 7 bilhões para um superávit de US\$ 25 bilhões.

O governo, nos últimos anos, empenhou esforços em facilitar a exportação, que inclusive faz parte de sua política industrial. Apesar de não ter implementado nenhuma reforma essencial



em seu regime legal doméstico, o país caminhou no sentido de torná-lo mais acessível e visível. Disponibilizou na internet toda legislação e regime tarifário concernente à produção e exportação, bem como dados das relações comerciais com seus parceiros internacionais. O acesso a essas informações contribui para um maior acesso de pequenas e médias empresas ao mercado externo, incentivando a participação das mesmas na pauta de exportações brasileira.

Por outro lado, é preciso atentar para os limites a essa expansão das exportações. Algumas características da economia brasileira podem configurar-se como gargalos para a sustentabilidade dessa situação ora favorável.

A política fiscal contracionista, adotada pelo governo desde 2002, elevou as taxas de juros nominais ao patamar dos 19%, sob o argumento de controlar da inflação. Taxas altas atraem o capital o mercado dos títulos da dívida pública, gerando efeitos diretos sobre o investimento, que ao tornar-se menos atraente, declinou.

O acréscimo da produção, que viabilizou parte desse aumento das exportações, se deu via ampliação da utilização da capacidade instalada já existente, anteriormente ociosa. Desta forma, futuras expansões na produção irão requerer maiores investimentos.

Os altos juros também levaram a uma redução do consumo interno, com eventuais quadros de deflação. Entre 2001 e 2003, a contribuição da demanda doméstica para o crescimento do PIB foi negativa. Uma menor demanda interna liberou maiores volumes de mercadorias para o mercado externo.

Alguns fatores externos também se configuram como catalisadores para o aumento das exportações brasileiras.

O aumento generalizado do preço das *commodities* no mercado internacional, como a soja e o petróleo por exemplo, levou a um aumento dos ganhos em

termos de volume financeiro dos países que as exportam. Com isso, tem-se um aumento generalizado de divisas circulantes no mercado internacional.

Esse é o caso dos países árabes, que exportam grande parte do petróleo comercializado internacionalmente. Com o preço do combustível fóssil chegando a US\$60 o barril, seus lucros aumentaram e houve grande entrada de divisas em suas economias. Com isso, há uma tendência à valorização de suas moedas locais, o que impulsiona o consumo por produtos importados. O Brasil, com sua política externa voltada a uma aproximação com países árabes (dentre outros do grupo dos países em desenvolvimento), tende a ganhar no longo prazo com essa maior predisposição às importações. Os ganhos foram tímidos - o Oriente Médio participava de 2,3% das exportações brasileiras em 2000, e em 2002 passou para 3,9% - mas tendem a aumentar.

A China vem crescendo a altas taxas na última década, e o aumento de sua demanda no mercado internacional também foi fator determinante do aumento das exportações do Brasil. Sua participação na pauta de exportações passou de 1,4% em 1999 para 6,2 em 2003, com perspectivas de crescimento. A aproximação entre Brasil e China também é objetivo da política externa adotada pelo Presidente Lula.

Assim, nota-se que os destinos das exportações brasileiras têm-se diversificado. Em grande medida, o aumento do volume exportado nos últimos anos se deu para parceiros não-tradicionais do Brasil.

Dentre os parceiros comerciais tradicionais do Brasil, os Estados Unidos representam o principal destino das exportações brasileiras, com uma parcela de cerca de 22% do total. Entretanto mantiveram relativamente estável a sua participação no mercado brasileiro entre 1999 e 2003.

A União Européia é o segundo maior

parceiro do Brasil. Os 15 países do bloco, anterior ao alargamento de 2004, representam algo em torno de 26% do total das exportações. A Europa, de uma forma geral, reduziu sua parcela em 2,9% para o período em questão.

Logo em seguida tem-se a Ásia como um todo, adquirindo uma média de 16% do valor total das vendas brasileiras para o exterior.

Por outro lado, a Argentina, o maior parceiro comercial do Brasil no âmbito do Mercosul, declinou sua participação na pauta de exportações brasileiras. Isso se justifica pela crise econômica pela qual atravessou o país e da qual ainda está se recuperando. As importações argentinas reduziram-se em termos internacionais, o que representou para as contas brasileiras uma contração em 5% no período 1999-2003.

Apesar da diminuição da participação de alguns dos principais compradores do Brasil, pequenos aumentos por parte de outros países têm possibilitado taxas crescentes de superávits da balança comercial, como é o caso também de alguns países da América do Sul, da África e das recentes repúblicas anteriormente pertencentes à União Soviética.

A política comercial brasileira privilegia negociações multilaterais. Busca-se maiores níveis de integração no Mercosul, cujos aspectos de mercado comum facilitam o comércio entre os quatro Estados membros. O país estabeleceu acordos preferenciais com Bolívia Chile e Peru, bem como com os três demais países da Comunidade Andina. Possui ainda acordos com México, Índia e África do Sul.

Atualmente o Brasil negocia possíveis acordos preferenciais com a União Européia e está em processo de discussão acerca do formato da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). No âmbito da ALCA, o Brasil busca uma melhor inserção de seus produtos

agrícolas nos países membros.

Referência

UNCTAD - Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento - <http://www.unctad.org/>

OMC - Organização Mundial do Comércio - <http://www.wto.org/>

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - <http://www.mdic.gov.br/>

Secretaria de Comércio Exterior (Secex) - <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/secex>

Apêndice

Exportações brasileiras desagregadas por setor

Descrição	1999	2000	2001	2002	2003
Total (em milhões de dólares - US\$)	48.011	55.282	58.222	60.631	73.084
Bens primários (em % do total)	44,3	39,7	43,8	45,4	46,9
manufaturados (em % do total)	53,1	57,5	53,4	51,9	50,9
outros (em % do total)	2,6	2,7	2,7	2,6	2,3

Fonte: OMC - Relatório de novembro de 2004.

Principais produtos da pauta de exportações brasileira - jan a dez de 2004

Descrição	Valor (em milhões de US\$)	Varição entre 2003 e 2004 (%)	Participação no total da pauta (%)
Material de transporte	16.042	50,9	16,6
Produtos Metalúrgicos	10.298	41,0	10,7
Soja e derivados	10.047	23,7	10,4
Carnes	6.153	50,3	6,4
Químicos	6.011	24,5	6,2
Petróleo e combustível	5.732	16,9	5,9
Máquinas e Equip.	5.607	45,3	5,8
Minérios	5.237	43,7	5,4
Calçados e couro	3.337	19,1	3,5
Equip. elétricos	3.122	4,2	3,2
Madeira	3.044	46,3	3,2
Papel e Celulose	2.909	2,8	3,0

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior - Secex (2004)

Importações brasileiras desagregadas por setor

Descrição	1999	2000	2001	2002	2003
Total (em milhões de dólares - US\$)	51.747	58.931	58.509	49.734	50.824
Bens primários (em % do total)	24,1	26,9	24,6	26,3	27,9
manufaturados (em % do total)	75,8	73,0	75,4	73,6	72,1
outros (em % do total)	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0

Fonte: OMC - Relatório de novembro de 2004.

Alguns indicadores do crescimento econômico brasileiro

Descrição	1999	2000	2001	2002	2003	
Produto Interno Bruto em milhões de R\$	973	1.101	1.198	1.346	1,514	
Produto Interno Bruto em milhões de US\$	536	602	509	459	493	
Taxa de crescimento do PIB (%)	0,8	4,4	1,3	1,9	-0,2	
Estrutura do PIB (em %)	Agricultura, caça, pesca e extração vegetal	8,3	8,0	8,4	8,8	-
	Mineração e extração (incluindo petróleo)	1,5	2,6	2,9	3,4	-
	manufaturados	21,4	22,3	22,5	23,3	-
Balança Comercial em milhões de US\$	-1.284	-753	2.651	13.122	24.793	
Crescimento do Consumo Total (%)	0,3	3,2	0,6	0,1	-2,3	
Consumo privado (%)	-0,4	3,8	0,5	-0,4	-3,3	
Consumo governo (%)	2,4	1,3	1,0	1,4	0,6	

Fonte: OMC / Secex (2004)

Exportações brasileiras por parceiro comercial e regiões (em % do total)

Descrição	1999	2000	2001	2002	2003
Américas	47,6	50,6	48,8	46,1	44,8
Estados Unidos	22,6	24,5	24,7	25,7	23,1
Canadá	1,1	1,0	1,0	1,3	1,3
Mercosul	14,1	14,0	10,9	5,5	7,8
Argentina	11,2	11,3	8,6	3,9	6,2
Paraguai	1,6	1,5	1,2	0,9	1,0
Uruguai	1,4	1,3	1,1	0,7	0,6
Demais países	9,8	11,1	12,3	13,6	12,5
México	2,2	3,1	3,2	3,9	3,8
Chile	1,9	2,3	2,3	2,4	2,6
Europa	32,5	30,6	30,1	29,6	29,6
União Européia (15)	28,7	26,9	25,6	25,1	24,8
Países da ex-URSS	1,6	0,8	2,0	2,3	2,3
Ásia	15,0	13,8	15,4	18,4	19,7
Oriente Médio	3,0	2,3	3,5	3,9	3,8
China	1,4	2,0	3,3	4,2	6,2
Oceania	0,6	0,7	0,5	0,5	0,5
África	2,8	2,4	3,4	3,9	3,9
Outros	1,6	1,9	1,8	1,5	1,5

Fonte: OMC - Relatório de novembro de 2004.

A candidatura de Netanyahu à presidência do Likud

Resenha
Segurança

Rafaella Arruda Melo Pereira
07 de setembro de 2005

A candidatura do ex-primeiro-ministro de Israel e ex-ministro de Finanças, Binyamin Netanyahu, à presidência do partido Likud, causou forte impacto sobre o futuro político do país, ameaçando a liderança partidária e o cargo de primeiro-ministro do israelense Ariel Sharon.

No dia 30 de agosto, o ex-ministro de Finanças de Israel, Binyamin Netanyahu, lançou oficialmente sua candidatura à presidência do partido Likud. O partido possui maior representação no Parlamento israelense e é atualmente liderado pelo Primeiro Ministro Ariel Sharon.

Netanyahu, que havia se retirado do cargo de ministro de Finanças do governo de Ariel Sharon em protesto contra a política de desocupação israelense dos territórios de Gaza e parte da Cisjordânia, alega que o futuro de Israel encontra-se comprometido sob o comando de Sharon que, segundo Netanyahu, tem promovido políticas que vão contra os princípios do Likud e rumo a diretrizes de esquerda.

A reunião dos membros do Comitê Central do Likud, que ocorrerá a 26 de setembro para estabelecimento da data das eleições primárias do partido que indicarão seu futuro presidente, tem sido fonte de grande preocupação para o Primeiro Ministro Ariel Sharon. Isto porque, para Sharon, a proposta feita por Netanyahu e por um terceiro candidato à presidência do partido, Uzi Landau, de se anteciparem as eleições primárias para novembro de 2005, representam uma

tentativa de retirá-lo da presidência do Likud antes mesmo que seja concluído seu mandato como Primeiro Ministro. Em caso de vitória de Netanyahu, ocorreria pela 1ª vez na história política de Israel a expulsão de um líder partidário enquanto este ainda exerce o cargo de Primeiro Ministro.

Sharon diz que, caso perca as eleições internas do Likud, não permanecerá no partido. Tal ameaça, segundo o Primeiro Ministro, pode fazer com que os membros do Comitê rejeitem a proposta de antecipação das eleições, uma vez que a sua saída pode significar perda de poder do partido, principalmente caso ele decida formar o seu próprio para concorrer às eleições nacionais previstas para novembro do próximo ano. Netanyahu, ao contrário, comprometeu-se a permanecer no partido mesmo em caso de derrota nas eleições primárias.

A estratégia de Netanyahu de antecipação das eleições primárias para novembro ou dezembro de 2005 em contraposição à preferência de Sharon para que as eleições internas ao Likud ocorram somente em maio de 2006, representa, segundo analistas israelenses, uma tentativa de derrotar Sharon enquanto "o ferro ainda



está quente" ou seja, enquanto ainda existe forte oposição à política de retirada israelense dos territórios de Gaza e Cisjordânia implementada recentemente por Ariel Sharon.

Porém, problemas também têm surgido na campanha de Netanyahu pela presidência do partido de direita. Além de Ariel Sharon ser mais popular entre o público em geral, colocando Netanyahu em desvantagem caso concorra pelo Likud às eleições nacionais do próximo ano, o Conselheiro Estratégico do ex-ministro das Finanças decidiu demitir-se do cargo alegando discordar da decisão de Netanyahu de candidatar-se à presidência do partido, o que, segundo o Conselheiro, coloca em risco a coalizão governista israelense.

Enquanto isso, tanto Sharon quanto Netanyahu têm despendido grande parte de seu tempo com o objetivo de reunirem-se com ativistas do partido e com membros do Comitê Central com vistas a mobilizarem o máximo de apoio possível às suas respectivas posições.

Para Ariel Sharon, o candidato e

rival Netanyahu não possui capacidade de controlar o país, uma vez que este demonstra constante pânico e perda de controle diante de situações que exijam determinação política e "nervos de aço".

Importante ressaltar que apesar de ameaçar deixar o partido caso perca as eleições primárias, Sharon mostra-se bastante confiante na vitória diante dos demais concorrentes.

Referência

Sites:

[Folha Online](#)

[Israel Insider](#)

[Jornal Israelense Haretz](#)

[New York Times](#)

[Notícias Yahoo](#)

Ver também:

19/08/2005- [Começa a retirada israelense dos territórios ocupados](#)

03/06/2004- [Retirada de Gaza: momentos decisivos para Ariel Sharon](#)

Eleições Antecipadas na Alemanha

Resenha
Desenvolvimento

Prof. Marco Paulo Gomes
09 de setembro de 2005

Derrota do partido de Gerhard Schröder em um dos principais estados antecipa as eleições gerais na Alemanha.

O Partido Social-Democrata (SPD - *Sozialdemokratische Partei Deutschlands*), do Primeiro-Ministro alemão Gerhard Schröder, perdeu as eleições regionais, em Maio/2005, no mais populoso estado da Alemanha, a Renânia do Norte-Vestfália (*Nordrhein-Westfalen*), depois de se manter trinta e nove anos no poder.

Aquele estado é um dos mais ricos do país e é onde se concentra o parque industrial siderúrgico da Alemanha. É também aquele com o maior índice de desemprego representando um quinto dos cinco milhões de desempregados alemães.

O desemprego, que, historicamente, é uma das principais preocupações na Alemanha, é apontado como a causa do fracasso eleitoral. O baixo desempenho da economia não tem permitido que Schröder diminua o desemprego, que foi sua principal promessa de campanha. Além disso, são consideradas impopulares suas reformas de cunho social e sua política econômica. Uma destas reformas é o corte de benefícios ao desemprego, que compõe a chamada "Agenda 2010", nome do programa de governo de Schröder. Assim, a população tem demonstrado não mais acreditar no atual partido do governo como tomador de decisões sobre o estado de bem-estar social da Alemanha.

Aliado a isso, este país, o mais rico da Europa e detentor de 20% do PIB

européu¹, deve encerrar o ano de 2005 com um orçamento negativo da ordem de 10 bilhões de euros, segundo analistas, devido aos gastos extras com algumas reformas, especialmente a do mercado de trabalho, e à queda de arrecadação, provocada pela desaceleração da economia. Eles ainda indicam 30 bilhões de euros na contração de novas dívidas para 2005.

Para os analistas políticos, a consequência final com a perda do pleito estadual seria a possibilidade de Schröder não conseguir vencer uma nova eleição nacional, que lhe permitiria continuar à frente do governo pelo quarto mandato consecutivo. Como forte candidata ao cargo, surgiu o nome de Angela Merkel, líder do partido União Democrata Cristã (CDU - *Christliche Demokratische Union*), que seria a primeira mulher a ocupar tal posição na Alemanha, caso saia vitoriosa das eleições gerais.

Este contexto teria provocado o desejo do primeiro-ministro de que as eleições nacionais, que só ocorreria em setembro de 2006, fossem antecipadas para o dia 18 de setembro próximo. Schröder justificou a antecipação sob a alegação de que precisa do apoio da maioria da população para prosseguir com as reformas que permitirão a retomada do crescimento do país e a consequente criação de empregos. Isto porque a derrota na Renânia do Norte-Vestfália colocou em dúvida a base política de apoio ao seu governo. Dos 63%



da população que foram às urnas naquele estado, 37,1% optaram pelos social-democratas, enquanto os democratas-cristãos ficaram com 44,8% dos votos.

O sistema político alemão permite que tal estratégia seja adotada. Para isso, o chanceler alemão pede um “voto de confiança” à Câmara Baixa do Parlamento (*Bundestag*). O “voto de confiança” é um mecanismo através do qual o primeiro ministro verifica a manutenção de seu apoio pelos parlamentares. Se o voto de confiança for negado, significando a derrota do chanceler, o presidente alemão tem 21 dias para dissolver o parlamento e convocar novas eleições gerais em todo o país.

Foi isso o que aconteceu. Diante da derrota local, Schröder e Franz Münterfering, presidente do SPD, anunciaram a intenção de antecipar as eleições gerais. No dia 27 de junho passado, Schröder pediu o voto de confiança ao parlamento. No dia 1º de julho, como esperado, o voto foi negado. Schröder precisaria de 302 votos das 603 cadeiras parlamentares para continuar no governo. Mesmo possuindo o apoio da maioria dos parlamentares, devido à coalizão de seu partido com o Partido Verde (*Bündnis90/Die Grünen*), um acordo foi feito para que a derrota fosse possível. Com a perda do apoio parlamentar ao atual governo, o presidente da Alemanha, Horst Köhler, dissolveu o parlamento e solicitou a antecipação das eleições legislativas.

A corte alemã, o Tribunal Constitucional Federal (*Bundesverfassungsgericht*), poderia anular a antecipação das eleições se considerasse inconstitucional a estratégia de Schröder. A anulação foi descartada no dia 25 de agosto de 2005, quando a segunda turma do tribunal, responsável pela análise da questão, considerou aceitável a argumentação do primeiro-ministro de que ele não tinha o apoio da maioria para prosseguir com seus projetos de reforma.

O intuito de Schröder com as novas eleições é voltar ao poder com legitimação suficiente para proceder com as reformas. Porém, o seu problema maior tem sido Merkel, que adotou como estratégia de campanha falar pouco sobre concepções de governo e adotou a “coragem política” como estandarte. Esta foi a mesma estratégia utilizada pelo então candidato ao governo da Renânia do Norte-Vestfália, Juergen Ruetters, durante sua campanha, da qual saiu vitorioso. No entanto, a opinião pública já começa a cobrar mais clareza nas propostas do partido.

Alguns analistas consideram que o tom da campanha de Merkel pode ser um fator complicador caso ela seja eleita porque “as garantias de manutenção e continuidade do Estado de bem-estar social, que ela e os seus assessores têm dado repetidamente, não são sustentáveis”.

Além de Schröder e Merkel, são também candidatos Joschka Fischer, do Partido Verde; Oskar Lafontaine, ex-presidente do SPD, mas, agora, concorrendo pela Aliança de Esquerda (*Linkspartei*), coalizão entre o Partido do Socialismo Democrático (PDS - *Partei des Demokratischen Sozialismus*) e a Iniciativa Eleitoral Trabalho e Justiça Social (WASG - *Arbeit & Soziale Gerechtigkeit - Die Wahlalternative*); e Guido Westerwelle, do Partido Liberal (FDP - *Freie Demokratische Partei*).

Pesquisa de opinião de 07 de setembro de 2005, elaborada pela revista “Stern” e pela rede de televisão RTL, produziu a seguinte intenção de votos para os partidos:

Partido	%
CDU/CSU	42
SPD	34
Partido Verde	7
FDP	6
Aliança de Esquerda	8

Fonte: SPIEGEL ONLINE Election Barometer

Uma outra pesquisa realizada na mesma data, mas desta vez sobre a disputa para primeiro-ministro, aponta para a vitória de Schröder com 48% dos votos contra os 31% de Merkel. No entanto, a escolha para aquele cargo não acontece de forma direta, como a pesquisa insinua². O processo é mais complexo e será explicado ao final da próxima seção.

O Sistema de Representação na Alemanha

O sistema legislativo alemão é bicameral. Compõe-se pelo *Bundestag*, que seria uma assembleia ou parlamento federal, ou a câmara baixa, e pelo *Bundesrat*, o conselho federal ou a câmara alta. O *Bundestag* possui 603 cadeiras. Seus parlamentares são escolhidos através do voto popular sob um sistema que combina representação direta e indireta. Cada eleitor, cujo comparecimento às urnas é voluntário, dá dois votos para o *Bundestag*. O primeiro voto é chamado de “mandato direto”, voto atribuído diretamente a cada candidato que representará o distrito do eleitor. Através do “mandato direto” sai vitorioso o candidato que receber a maioria simples dos votos em cada distrito eleitoral. Metade dos votos é escolhida desta maneira. A outra metade é escolhida através do voto de legenda, que vai determinar a força política de cada partido.

Distribuem-se, proporcionalmente, os votos da segunda metade das cadeiras a cada partido de acordo com o número de votos recebido. Previamente, e em ordem determinada por eles, os partidos listam o nome dos candidatos a deputado que irão para o *Bundestag* através do voto de legenda, excluindo-se o número de mandatos diretos alcançados. Se o número de mandatos diretos de um partido for maior do que o número de cadeiras conquistado via voto de legenda, o número de cadeiras

no parlamento é aumentado, ficando o partido com um número excedente de representantes. A este tipo de mandato se dá o nome de “mandato suplementar”.

No entanto, um partido só é representado no parlamento alemão se obtiver pelo menos 5% dos votos de legenda ou no mínimo três mandatos diretos. Neste último caso, o número dos votos de legenda compõe a base de cálculo para o número total de mandatos.

O *Bundesrat* possui sessenta e nove cadeiras. Não há eleições diretas para compor a representação na casa. São os governadores e seus secretários que representam cada um dos estados nas reuniões e votações no *Bundesrat*. Os votos são em bloco e cada um tem de três a seis votos, dependendo do número de habitantes em cada estado.

O presidente alemão não é eleito por voto direto, mas por uma assembleia nacional que se reúne para elegê-lo. Esta assembleia é formada pelos deputados do parlamento federal e pelos delegados de todos os estados alemães escolhidos pelas suas assembleias estaduais. O presidente tem funções representativas do Estado, mas, em alguns momentos, pode desempenhar funções executivas, como, por exemplo, dissolver o parlamento, como foi explicado neste texto. Seu mandato é de cinco anos.

Cabe ao presidente indicar o primeiro-ministro, que exerce o cargo executivo e que deve ser aceito pelo parlamento. Normalmente, o chanceler é também um deputado e a decisão por sua escolha é feita pelo partido que detém a maioria dos assentos ou a partir de uma coalizão que reflita a maioria dos parlamentares.

É este o ponto da disputa eleitoral na Alemanha: a perda do partido de Schröder nas eleições no principal estado alemão pode ser um indicativo de que a composição partidária no *Bundestag* tende a se alterar de tal forma que inviabilizaria a manutenção do atual primeiro-ministro no cargo. Mesmo que mantida a coalizão

com o Partido Verde, o SPD não mais deteria a maioria dos assentos na casa parlamentar, a não ser que uma improvável aliança aconteça com o CDU.

A estratégia adotada por Schröder de antecipar as eleições foi uma maneira, ainda que difícil, de tentar reverter tal tendência. Uma vez que são os eleitores que decidirão a nova distribuição das cadeiras, cabe ao atual chanceler convencê-los de que o seu programa, que até agora se mostrou inviável, ainda pode dar certo.

Referência

[BBC](#)

[CIA - The World Fact Book - Germany](#)

[Der Spiegel](#)

[Deutsche Welle](#)

[Deutscher Bundestag](#)

[O Estado de São Paulo](#)

[UOL](#)

[UOL Mídia Global - Der Spiegel](#)

¹ Segundo dados estimados do PIB (baseado na paridade do poder de compra) para o ano de 2004, constante da classificação a partir deste indicador publicada no "The World Factbook", da CIA, disponível em <http://www.cia.gov/cia/publications/factbook/rankorder/2001rank.html>

² Para acompanhar as pesquisas de opinião acesse o endereço <http://www.spiegel.de/flash/0,5532,11764,00.html>

Furacão Katrina eleva o preço da gasolina nos EUA

Resenha
Economia e Comércio

Ana Flávia Lima Teles
09 de setembro de 2005

Os Estados Unidos enfrentam elevação no preço da gasolina nesta semana depois de a passagem do furacão Katrina ter causado o fechamento de diversas refinarias de petróleo no Golfo do México.

No dia 29 de agosto o furacão Katrina atingiu o litoral do Golfo do México, fazendo com que os diques cedessem e uma lâmina de água cobrisse a área. Foram atingidos quatro Estados: Alabama, Mississippi, Flórida e Lousiana. Muitas pessoas morreram, segundo estimativas do prefeito de Nova Orleans (cidade mais atingida), Ray Nagin, por volta de dez mil. Causou estragos estimados em US\$ 100 bilhões e exigiu a remoção total da população da área afetada. Esta foi acolhida em estádios, onde foi submetida a pilhagem, vandalismo, violência, casos de estupro e miséria em uma escala raramente vista em países desenvolvidos depois da Segunda Guerra Mundial. Isso porque a cidade não possuía um plano de evacuação e os presidiários foram soltos, permanecendo no meio da população civil. A catástrofe de Nova Orleans afetou, sobretudo os mais pobres que não tinham recursos para abandonar a região.

Os Estados Unidos não só perderam seu maior complexo portuário, mas também a utilidade de seu sistema de transporte hidroviário, pois ainda que o Mississippi permaneça navegável, a ausência de um porto perto da foz do rio diminui sua utilidade. Há alguns substitutos, mas

nenhum com capacidade suficiente para resolver o problema. Segundo especulações, devido aos estragos causados, o governo estadunidense estaria pensando se realmente valeria a pena reconstruir a cidade mais afetada pela tragédia. Para cobrir gastos com ajuda às vítimas do furacão, o presidente George W. Bush deve pedir ao Congresso estadunidense cerca de US\$ 40 bilhões.

Outra consequência trazida pelo furacão foi a alta do petróleo. Noventa por cento da produção petrolífera do Golfo do México foi fechada, resultando em uma perda em torno de sete milhões de barris. Das onze refinarias atingidas, apenas três retornaram algo próximo das operações normais. Aproximadamente cinquenta e oito plataformas de petróleo foram danificadas ou perdidas. Os preços médios de gasolina estão próximos de US\$ 3 o galão, o que, ajustando a inflação, remete os preços às elevações históricas na revolução iraniana nos anos de 1980. Cerca de 7% da oferta estadunidense foi atingida - o que significa 20 milhões a 40 milhões de barris de produtos, ou dois a quatro dias de consumo do país, conforme a duração da interrupção. Restam poucas reservas importantes a explorar fora da OPEP, e talvez nenhuma a descobrir. Há



pouquíssima capacidade ociosa em todo o mundo e os países exportadores não estão ansiosos por investir no aumento da produção, que poderia diminuir os preços e sua rentabilidade final. Suas reservas, embora grandes, são finitas e se esgotariam em poucas décadas se o crescimento do consumo mantivesse o ritmo atual.

Segundo Jean-François Cotis, economista chefe da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), a economia mundial vive o risco de um novo choque de petróleo devido ao furacão Katrina. Segundo ele, a alta do combustível fóssil estaria afetando o mundo todo e não haveria indícios de que tal tendência estaria próxima do fim. De acordo com suas estimativas, o preço do barril estaria perto do registrado durante a crise do final dos anos 70, porém, apesar de o choque ter sido mais forte nos EUA, sua economia seria mais resistente e as conseqüências seriam menores. Por outro lado, o golpe seria mais suave na Europa, mas o problema seria que o continente estaria saindo de várias tentativas de retomadas econômicas fracassadas.

A administração de Bush decidiu abrir a reserva estratégica de petróleo (SPR) em um esforço para mitigar os impactos econômicos que o furacão causou. Com isso, o presidente pode alcançar outro objetivo político: responder ao desafio dos democratas de que ele é incapaz de usar os recursos disponíveis para a redução do preço da gasolina. Por outro lado, reconhecendo que uma tempestade possa causar os mesmos tipos de choque que o embargo de petróleo pelos árabes causou em 1973, o presidente estaria admitindo a vulnerabilidade estadunidense em relação ao petróleo, que qualquer interrupção no fornecimento do combustível afetaria a economia dos EUA.

Segundo analistas, a decisão de abertura da SPR provavelmente removerá alguns obstáculos significativos à discussão sobre

conservação de energia. O debate gira em torno de uma resposta apropriada aos altos preços de gasolina, discutindo acerca da expansão doméstica de petróleo. O congresso tenta reconciliar propostas orçamentárias diferentes.

De um lado os defensores da perfuração do Arctic National Wildlife Refuge (ANWR) argumentam que Katrina enfatizou a necessidade de uma maior autonomia de combustível fóssil, bem como mais fontes petrolíferas nacionais e que esses deveriam ser geograficamente diversos para mitigar os impactos de futuros desastres naturais, redução de choques de preço e problemas de estoque causado por acontecimentos incontroláveis. Por outro lado, os defensores do uso de combustíveis alternativos argumentam que o dano econômico causado por Katrina revela uma vulnerabilidade estratégica que deve ser negociada estimulando consumos menores de combustível, defendem uma revisão na política de energia dos EUA.

Apesar dos desdobramentos acima mencionados, alguns analistas alegam que tais preocupações não teriam fundamentos, pois os Estados Unidos teriam um estoque de 194.4 milhões de tambores de gasolina, que seriam suficientes para substituir as perdas das refinarias no Golfo durante semanas. Apesar de alguns oleodutos apresentarem situação crítica, o progresso de restaurar tais encanamentos estaria sendo rápido para reiniciar o fluxo do escoamento. Embora preços de gás tenham subido, as reservas seriam suficientemente grandes e o trabalho de reparação aconteceria rápido o suficiente suprir faltas. Além disso, a bolsa estadunidense estaria subindo devido às expectativas de reconstrução das casas.

Referência

Sites:

[Carta Capital](#)

[Folha Online](#)

[Stratfor](#)

[The New York Times](#)

[The Washington Post](#)

Histórico da OMC: construção e evolução do sistema multilateral de comércio

Especial
Perfil

Wesley Robert Pereira
08 de setembro de 2005

A construção de um sistema multilateral de comércio passou do simples acordo do GATT para a OMC. A evolução desse sistema contou com uma base histórica de disputas comerciais entre os Estados membros inseridos num contexto de globalização e de regionalização dos blocos comerciais.

O histórico de formação do atual sistema multilateral de comércio, iniciado pelo GATT e consolidado na forma da Organização Mundial do Comércio (OMC), teve sua pedra fundamental na segunda metade da década de 1940. O encontro de *Bretton Woods*, em 1944, teve o objetivo de fomentar um espaço de maior cooperação na área da economia internacional, cujo resultado foi a criação de Organização Internacional do Comércio (OIC), Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

Porém, a OIC não foi estabelecida devido à não ratificação da Carta de Havana¹ - que delimitava seus objetivos e funções - pelos Estados Unidos. Tal impasse é resolvido com a adoção, por 23 países, inclusive os Estados Unidos, do segmento da Carta de Havana relativa às negociações de tarifas e regras sobre o comércio. O nome dessa parte da Carta mudou de Política Comercial (capítulo IV) para *General Agreement on Tariffs and Trade*

(GATT) ou Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio.

Segundo Vera Thorstensen, de um simples acordo, o GATT tornou-se um órgão internacional que forneceu “a base institucional para diversas rodadas de negociações sobre comércio, [e a função de] coordenador e supervisor das regras do comércio até o final da Rodada Uruguai e a criação da atual OMC”. Esse acordo agrega um conjunto de princípios inseridos, de forma normativa, no comércio internacional.

As rodadas de negociações e o contexto histórico

A participação dos países em desenvolvimento, no início das negociações internacionais para o estabelecimento das regras do livre comércio, foi bastante pequena. Isso devido tanto as limitações de suas economias quanto ao início do processo de descolonização que muitos destes países estavam passando.

Nas primeiras rodadas, o foco do GATT foi a negociação do comércio dos produtos industrializados. Da pauta das negociações foram retiradas a liberalização do comércio agrícola e redução de subsídios nessa área uma vez

¹ Conferência realizada em Havana, Cuba, no final de 1947 e início de 1948, que visava estabelecer regras para uma instituição multilateral de comércio internacional. Acabou não sendo instituída, o que transformou o então inexpressivo GATT no formato básico de regras a ser seguido a partir de então.

que ambas impossibilitavam um acordo entre EUA e a Comunidade Econômica Européia (CEE).

Data	Local	Nº de países	Comércio afetado (US\$)
1947	Genebra - Suíça	23	10 bilhões
1949	Annecey - França	13	n.d.
1951	Torquay - Reino Unido	38	n.d.
1956	Genebra - Suíça	26	2,5 bilhões
1960-61	Rodada Dillon ²	26	4,9 bilhões
1964-67	Rodada Kennedy	62	40 bilhões
1973-79	Rodada Tóquio	102	155 bilhões
1986-94	Rodada Uruguai	123	3,7 trilhões
2001-05 (1)	Rodada Doha - Catar	148	n.d.

Obs.: n.d. - não disponível.

Fonte: Thorstensen. Exceto (1) dados retirados de FinanceOne, acesso: 30 de maio 2005. Disponível em www.financeone.com.br

As regras básicas do GATT-OMC, segundo Thorstensen, são três. A primeira é o tratamento da nação mais favorecida (NMF), ou seja, o que é aplicado a um de seus membros deverá ser aplicado aos demais membros. Essa regra implica duas coisas: um aspecto multilateral em detrimento do bilateral e a não

discriminação entre os países parceiros desse acordo. Tal regra possui ainda um caráter de reciprocidade.

A segunda regra é a exigência do Tratamento Nacional (TN) que proíbe a discriminação entre produtos importados e produtos nacionais.

A regra da Transparência, terceira, cria uma obrigatoriedade dos países tornarem públicos seus documentos concernentes à política econômica.

Nas seis primeiras, rodadas o tema predominante foi a busca por reduções tarifárias. Para Thorstensen, todas as oito rodadas do GATT são consideradas como um sucesso, em seu todo, quando se tem em mente que as médias das tarifas aplicadas aos produtos era de 40% em 1947 e caíram para 5% em 1994, quando se finaliza a Rodada Uruguai.

Na primeira rodada, em Genebra em 1947, o mundo estava passando por uma crise no que se refere à conversibilidade de moedas e contas externas. Os Estados Unidos foram os únicos a fazerem grandes concessões tarifárias. Os demais 22 participantes do GATT fizeram concessões mínimas.

A segunda rodada, Annecey em 1949, outro ano de crise, não obteve avanços, deixando tudo como foi decidido em Genebra dois anos antes. O bloqueio russo à cidade de Berlim, a tomada do poder na China pelos comunistas e o primeiro teste nuclear soviético enunciavam que as questões comerciais figurariam a um segundo plano naquela conjuntura internacional.

Esses temas da segurança internacional tomaram conta do contexto da terceira rodada de negociações, em Torquay, em 1951. Acresce-se o início da Guerra da Coreia entre os dois blocos de poder. A rodada se caracterizou em um fracasso tendo em vista que apenas 144 artigos foram aprovados de um total de 400 artigos discutidos no GATT.

Tanto na quarta quanto na quinta rodada,

² Essa rodada ocorreu em Genebra e é assim denominada em homenagem ao chefe da equipe de negociação dos Estados Unidos, o subsecretário de Estado Douglas Dillon.

Genebra e Dillon, vemos que houve um esvaziamento do número de países participantes. Na questão do comércio afetado, diante da tabela acima, podemos perceber que são poucos os avanços na negociação comercial.

Na rodada Kennedy houve uma maior participação dos países em desenvolvimento amparados pelas discussões na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e por uma posição política mais de mercado liberal por parte desse grupo de países.

A Rodada de Tóquio e as barreiras não-tarifárias

A Rodada de Tóquio (1973-79), a sétima, representou um aumento expressivo tanto no número de atores (102 ao total) quanto nas cifras do comércio afetado (US\$ 155 bilhões). Além disso, a sua duração foi de seis anos, a mais longa rodada até então. Essa rodada foi afetada por algumas questões da política e economia internacionais. O tema predominante foi as barreiras não-tarifárias.

Segundo a economista pelo Instituto de Economia da UFRJ, Lia Valls, na década de 1970, uma série de mudanças em relação a esse contexto desencadeou mudanças significativas no mapa econômico global. A Comunidade Econômica Européia e o Japão consolidaram sua posição como concorrentes aos Estados Unidos. A crise do petróleo em 1973 “interrompe o ciclo da expansão iniciado no pós-guerra” e há uma mudança no sistema de taxas de câmbio fixas para o sistema flutuante. Além desses três fatores, há uma crescente onda protecionista por parte dos países desenvolvidos.

Dessa forma, a Rodada Tóquio foi, segundo Valls, realizada diante de um quadro distinto das rodadas anteriores. Discussões sobre reduções tarifárias foram acompanhadas por uma série de acordos

para reduzir a incidência das barreiras ditas não-tarifárias, ponto focal da rodada. Essas barreiras haviam sido adotadas como forma de proteção das indústrias nacionais de diversos países.

A Rodada Uruguai e o modelo liberal

Após a Rodada de Tóquio começou a ganhar força o estabelecimento de uma nova rodada de negociações. Segundo Valls, o estabelecimento de uma nova rodada contava, por um lado, com a inclusão de novos temas como o comércio de serviços e a propriedade intelectual por parte dos países desenvolvidos.

Por outro lado, os países em desenvolvimento acreditavam que essas novas áreas temáticas tenderiam a relegar a um segundo plano a questão da proliferação das barreiras não-tarifárias e dificultaria a discussão de questões tradicionais como a agricultura e o setor têxtil.

A agenda da rodada Uruguai é preparada já em 1982 pela administração estadunidense de Ronald Reagan. Sua pauta fundamental foi a pressão dos EUA na reforma do GATT e pela inclusão dos novos temas. Entre estes estão a preservação das patentes sobre propriedade intelectual incidindo diretamente sobre as indústrias farmacêuticas, de biotecnologia e de cultural.

Outro tema colocado em pauta pelos EUA foi a liberalização do comércio de serviços, o que afetaria de imediato o mercado financeiro. Esses novos temas têm grande importância nos mercados dos países em desenvolvimento, ou seja, mercados qualitativamente novos para os atores dos países desenvolvidos. Assim, tais temas foram incorporados nas negociações da rodada Uruguai.

Em questões procedimentais dentro da rodada, os países da CEE e os países em desenvolvimento tiveram afinidades. Isso se explica devido ao fato de os países

européus perceberem com restrições a proposta dos EUA de reforma do GATT. Essa proposta visava eliminar o princípio da unanimidade em favor da maioria simples nas decisões do organismo.

A Rodada Uruguai surge num contexto de auge das idéias econômico-liberais com Margareth Tatcher no Reino Unido e Ronald Reagan nos Estados Unidos e crises econômicas nos países em desenvolvimento. Essa ideologia recomendava uma liberalização do sistema financeiro internacional, uma ampla liberalização comercial, além de um receituário de equilíbrio fiscal para as políticas domésticas apregoado pelo FMI e o Banco Mundial.

Medidas liberalizantes foram adotadas nos anos 1980 e 1990. Os investimentos e empréstimos para países em desenvolvimento eram aceitáveis pelos credores internacionais com a implementação de políticas de desestatização da economia, de desregulamentação e de abertura comercial e financeira. Isso significou uma reformulação crítica dos postulados desenvolvimentistas.

A rodada Uruguai foi a mais longa do GATT afetando um comércio de US\$ 3,7 trilhões e envolvendo, agora, o maior número de países (123).

Na Rodada Uruguai o principal tema negociado foi a criação da OMC. Também discutiu-se a queda das tarifas para produtos industriais e agrícolas, além de introduzir na pauta do GATT a liberalização da agricultura, têxteis, comércio de serviços e propriedade intelectual. Houve um reforço das regras do GATT em questões como subsídios, barreiras técnicas, salvaguardas, regras de origem, licenças de importação, anti-dumping, medidas fitossanitárias, valoração aduaneira, inspeção de pré-embarque e investimentos relacionados ao comércio entre outros.

Nessa atmosfera de negociações da rodada Uruguai, os países em

desenvolvimento, e a América Latina em particular, viviam uma conjuntura que representou um significativo enfraquecimento da sua capacidade de negociação e de resistir às pressões dos países desenvolvidos.

Organização Mundial do Comércio

A busca de cooperação na área da economia internacional encontra um contexto propício à sua execução na década de 1980.

O objetivo primordial da OMC é fazer com que o comércio flua sem grandes abalos, e de maneira livre, de forma regular e previsível. Os meios para atingir este objetivo são a administração dos acordos de comércio, agindo como um fórum para negociações comerciais, sedimentando disputas comerciais, revisão de políticas nacionais de comércio, dando assistência aos países em desenvolvimento nas questões de política comercial através de assistência técnica e programas de treinamento e, por fim, cooperando com outras organizações internacionais.

O órgão máximo de decisão da OMC é a instituição denominada de Conferência Ministerial a qual deve ocorrer pelo menos no prazo de dois anos cada. Em seguida é apresentado o Conselho Geral e abaixo deste temos três conselhos: o próprio GATT, GATS (*General Agreement Trade on Services* ou Acordo Geral de Comércio de Serviços) e o TRIPS (*Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights* ou Acordo sobre Aspectos do Comércio dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio).

Ao todo, no âmbito do GATT (1947 a 1994) foram realizadas oito rodadas de negociações multilaterais que acabaram por formar o sistema de regras do comércio internacional com vistas ao comércio livre.

Os acordos da Rodada Uruguai foram

concretizados em Marrakesh (Marrocos) no Encontro Ministerial, em abril de 1994, onde seria instituída a OMC em 1 de janeiro de 1995. Já no âmbito da própria OMC a Conferência Ministerial de Doha em 2001, conhecida como a rodada para o desenvolvimento, lançou uma nova Rodada de negociações que deveria ser implementada até janeiro de 2005. Porém, essa nova rodada de Doha foi adiada para dezembro de 2005 quando ocorrerá a Conferência Ministerial de Hong Kong.

Referência

THORSTENSEN, Vera Helena. OMC - Organização Mundial do Comércio : as regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Edições Aduaneiras, 2001. 520p.

VALLS, Lia. Histórico da Rodada Uruguai do GATT. Disponível em <http://www.ie.ufrj.br> Acesso: 31 de maio de 2005.

SUARTMAN, Eduardo Munhoz. Do GATTI a OMC: rumo ao novo ordenamento político do comércio internacional. Ciências e Letras, n.19, p.23-41, ago.1997.

Sites:

BBC Brasil: Especial OMC Cancun 2003 - <http://www.bbc.co.uk/portuguese>

Finance One Economia - <http://www.financeone.com.br>

Organização Mundial do Comércio (OMC ou WTO) - <http://www.wto.org>

Programa de Informações Internacionais do Departamento de Estado dos EUA - <http://usinfo.state.gov>

Ver também:

29/10/2004 - [O Banco Mundial: dos empréstimos para o ajuste aos empréstimos para políticas de](#)

[desenvolvimento](#)

05/11/2004 - [A América Latina e o ajuste estrutural após o Consenso de Washington](#)

31/03/2005 - [Dois fóruns com os mesmos interesses e concepções diferentes](#)

11/04/2005 - [A liberalização do comércio nos setores de têxteis e vestuário](#)

19/05/2005 - [OMC decide em definitivo sobre o açúcar subsidiado na União Européia](#)

05/08/2005 - [Economia e Comércio da China](#)

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica - MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Pe. Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Profa. Taiane Las Casas; Prof. Marco Paulo Gomes

Membros: Ana Flávia Lima Teles; Bárbara Gomes Lamas; Carolina Andressa Lima; Carolina Dantas Nogueira; Fernanda Assunção Soares; Jéssica Naime; Rafaella Arruda Melo Pereira; Sílvia H.G. Canêdo; Tiago Cerqueira Lazier; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>